

Disputas políticas e discursos moralizadores em torno da construção do primeiro mercado público de Desterro¹

Lívia Lourenço Matoso Galveias²

Resumo: A comercialização de alimentos na atual Praça XV em Florianópolis foi, antes da metade do século XIX, motivo para discussões, colaborando para a gestação dos partidos Liberal e Conservador em Santa Catarina. As condições de higiene das barraquinhas e a condição social de vendedores e frequentadores justificaram a necessidade da edificação de um mercado público para facilitar a regulação da compra e venda de produtos. Interesses econômicos, junto com argumentos estéticos e higiênicos e questões raciais dividiram opiniões contra ou a favor da construção do edifício do Mercado Público na praça matriz da capital.

Palavras chave: Primeiro Mercado Público; Teorias higienistas; Relações raciais; Grupos políticos.

Abstract: During the 19th century, the commercialization of food products at Florianópolis' main square was cause for heated discussions and contributed to the gestation of the liberal and conservative parties in Santa Catarina. The hygienic condition of stalls and the social background of vendors and regulars were reasons to build a public market, to regulate the purchase and sale of products. Economic interests, along with aesthetic and hygienic arguments, and racial issues divided opinions against and in favor of a public market in the capital's main square.

Key-words: First Public Market; Hygienist theories; Racial relations; Political groups.

Introdução

O objetivo deste artigo é conhecer melhor as dinâmicas e as tensões sociais relacionadas com a comercialização de alimentos na povoação de Desterro, atual região central de Florianópolis, principalmente na década que precedeu a inauguração do primeiro mercado público da cidade, em 1851. Ao mesmo tempo, o artigo pretende fazer uma articulação com o contexto político da época, pois a questão da localização das barraquinhas do mercado foi um dos catalizadores da formação dos dois primeiros partidos políticos de Santa Catarina. A condição social e racial dos escravizados e libertos, particularmente daqueles que se dedicavam

¹ Fonte de financiamento: Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-História UFSC).

² Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: galveiaslivia@gmail.com.

a atividades de comércio de alimentos, é também um elemento fundamental para entender o contexto em que o mercado público surgiu.

Desterro foi, desde pelo menos o século XVIII, um importante centro administrativo da região sul, para além de aquartelamento militar. Durante o século XIX houve uma grande expansão do comércio na região. No que se refere aos produtos alimentícios, houve uma intensificação de trocas no entorno da ilha de Santa Catarina, com o progressivo estabelecimento de colônias povoadas por pessoas de origem europeia, cujos excedentes eram levados ao mercado da capital para serem vendidos. As trocas comerciais com outras regiões do país e do mundo também se intensificaram. O principal produto alimentar exportado do porto de Desterro era farinha de mandioca, que se destinava principalmente aos mercados das regiões Sudeste e Nordeste do país, e diversas empresas de comércio geral de atacado e varejo foram se estabelecendo na povoação. As principais atividades que geravam riqueza, em Desterro, eram aquelas ligadas ao porto e ao comércio de pessoas escravizadas³.

Na Desterro do século XIX havia uma grande concentração de renda, embora não tão considerável quanto no Rio de Janeiro⁴. Muitos dos comerciantes que se destacavam financeira e socialmente desempenhavam funções políticas. O poder público dependia frequentemente de financiamentos privados para a realização de obras e melhoramentos. A iniciativa privada era o grande motor da economia, mas as instituições públicas tinham um papel importante na regulamentação da vida social.

Nas últimas duas décadas do século XVIII e nas duas primeiras do XIX assistiu-se à chegada de um grande contingente de cativos à Ilha de Santa Catarina⁵. Esse fenômeno se deu por conta da crescente inserção da região no mercado de abastecimento de alimentos, que era controlado, principalmente, por empreendimentos comerciais situados no Rio de Janeiro. A maioria das pessoas escravizadas foi destinada ao desempenho de atividades agrícolas, no entanto um número considerável de cativos, além de libertos, desempenhava diversas funções no ambiente urbano. Na metade do século, mais especificamente em 1855, a população de escravizados em Desterro era de 1436 pessoas, sendo que a população total era de 5611 habitantes, o que significa que mais de 25% da população da vila era constituída por cativos⁶.

³ BILÉSSIMO (2008).

⁴ BILÉSSIMO (2008).

⁵ MAMIGONIAN (1999).

⁶ POPINIGIS (2013).

O artigo baseia-se em uma revisão bibliográfica, nos discursos do governador Antero Ferreira de Brito e na análise de legislação e de periódicos referentes ao período estudado. A primeira parte do artigo trata da descrição das divergências que opunham os que pretendiam que a feira permanecesse na praça central e aqueles que defendiam a sua transferência para outro local. Seguidamente, o artigo procura entender as dinâmicas do funcionamento do mercado público, já depois de o edifício destinado a essa função estar concluído, e a forma como essas dinâmicas refletiam as tensões sociais e raciais presentes na época. A crescente repressão a escravizados e libertos, concretizada na legislação, dificultava a livre circulação da população negra nos espaços públicos e mesmo seus festejos e lazer ficaram cada vez mais comprometidos ao longo da primeira metade do oitocentos.

Divergências acerca da localização da feira na Praça do Palácio

O comércio de gêneros alimentícios na Praça do Palácio, em Desterro, acontecia pelo menos desde finais do século XVIII. Ali, junto à praia, eram improvisadas barracas ou esteiras para a venda de alimentos, além da circulação de pombeiros⁷ e quitadeiras com tabuleiros, vendendo frutas, produtos hortícolas, comida pronta e doces, entre outros produtos. O pescado era vendido em cima de canoas. O historiador Oswaldo Cabral referiu que, no ano de 1796, o movimento comercial das lojas importadoras era muito superior ao das 44 casas de secos e molhados, o que indica um fenômeno considerável de venda exercido por trabalhadores e trabalhadoras ambulantes, pois uma parte desses produtos era comercializada fora dos estabelecimentos comerciais⁸.

Na primeira metade do século XIX as questões que se referiam às condições de comercialização dos alimentos vendidos naquele local ganharam uma crescente visibilidade, à medida que surgiam novas preocupações relacionadas com a estética e a limpeza dos espaços públicos, influenciadas pelas teorias higienistas que vinham adquirindo uma crescente influência no Brasil. Essas correntes higienistas se desenvolveram na Europa, a partir de finais do século XVIII, quando se assistiu a uma recuperação das ideias de Hipócrates, cuja obra *Ares*,

⁷ De acordo com SOUZA (2017), em julho de 1850, a Câmara Municipal de Desterro definiu os pombeiros como sendo pessoas que compravam produtos comestíveis sem pagar imposto (geralmente aos próprios produtores) para revenderem de forma ambulante, pagando um imposto à administração municipal para ficar autorizado a desempenhar essa atividade.

⁸ POPINIGIS (2013).

água e lugares relacionava a saúde com as condições ambientais, no sentido da transformação dos espaços públicos de forma a se minimizar o risco de doenças e epidemias⁹. Reduzir o lixo, escoar as águas estagnadas e facilitar o arejamento dos espaços interiores e exteriores eram algumas das medidas recomendadas. O objetivo principal era o de conter os miasmas, que seriam os maus ares e fluidos que originariam as doenças. A reforma urbana da Baixa de Lisboa, promovida pelo futuro Marquês de Pombal após o terramoto de 1755, foi influenciada por Ribeiro Sanches, que defendia ideias higienistas¹⁰. Outra reforma que se originou dessas ideias foi a da cidade de Paris, cujas transformações começaram ainda na primeira metade do século XIX (antes das reformas supervisionadas pelo Barão Haussmann, que viriam a modificar estruturalmente aquela cidade, a partir de meados desse século)¹¹.

Paralelamente às teorias higienistas, tomou forma uma teoria social da doença que associava as más condições de higiene não só às condições naturais, mas também com outros aspectos, tais como pobreza, condições insalubres de moradia, falta de moralidade e outros fatores sociais e econômicos. Isso foi gerando, ao longo do século XIX, uma confluência entre o pensamento médico e o planejamento urbano, promovendo também um crescente processo de controle de comportamentos. Os indivíduos em situação de vulnerabilidade social representavam uma ameaça à higiene pública, em virtude das deficientes condições de vida¹².

As mudanças legislativas refletiram as inquietações originadas das teorias higienistas e impuseram maiores rigores aos espaços públicos. A Lei de 1º de outubro de 1828, no seu artigo 66, parágrafo 10, regulou o funcionamento de feiras e mercados da seguinte forma:

Proverão igualmente sobre a commodidade das feiras, e mercados, abastança, e salubridade de todos os mantimentos, e outros objectos expostos á venda publica, tendo balança de ver o peso, e padrões de todos os pesos, e medidas para se regularem as aferições; e sobre quanto possa favorecer a agricultura, commercio, e indústria dos seus districtos, abstendo-se absolutamente de taxar os preços dos generos, ou de lhes pôr outras restricções á ampla, liberdade, que compete a seus donos.¹³

⁹ As ideias relacionando a saúde com as condições ambientais se fizeram presentes em diversos momentos desde a Antiguidade até ao século XVIII, mas foi no final desse século que as teorias higienistas se popularizaram, procurando refletir sobre uma nova realidade: as aglomerações de trabalhadores nas cidades e a poluição das fábricas, que se somavam às imundícies originadas nos espaços domésticos, agravando as condições ambientais das cidades. (Chemin, 2020).

¹⁰ Oliveira **et al.** (2012)

¹¹ PESAVENTO (1999)

¹² COSTA (2013, p. 57)

¹³ A Lei de 1º de outubro de 1828 dispunha sobre o formato e as atribuições das Câmaras Municipais e também sobre os Juizes de Paz. Regulava, entre muitos outros aspectos, as estradas, os estabelecimentos educativos, a vacinação ou os espetáculos em espaço público. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

O artigo 71, parágrafo único, da mesma Lei previa que as Câmaras deliberassem:

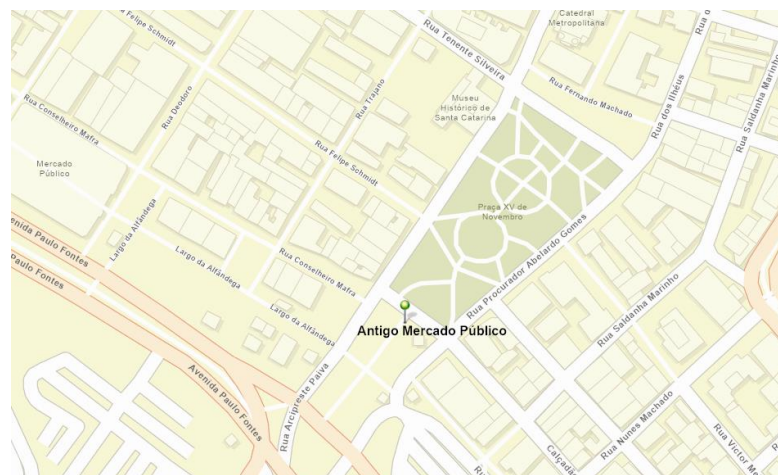
(...) sobre os meios de promover e manter a tranquillidade, segurança, saúde, e commodidade dos habitantes; o asseio, segurança, elegancia, e regularidade externa dos edificios, e ruas das povoações, e sobre estes objectos formarão as suas posturas, que serão publicadas por editaes, antes, e depois de confirmadas.¹⁴

Em 1831, a Câmara Municipal requereu a destruição das barraquinhas ao governo provincial liderado por Feliciano Nunes Pires: o argumento era o de que as barraquinhas eram “alugadas a pessoas imorais e até escravos, e que desde a sua origem tem sido receptáculo de roubos e lugar de todo o gênero de prostituição, além do ridículo aspecto que faz apresentar à praia da praça da cidade”.¹⁵

As barracas continuaram na Praça do Palácio. Em 1838 foi proposto um edifício de grandes dimensões, que ficaria situado no local entre as ruas do Livramento e do Ouvidor (atuais Trajano e Deodoro). O projeto não chegou a ser executado pois não houve interessados em assumir a construção do edifício, após a divulgação do edital.

A divergência de opiniões acerca da permanência do mercado público na Praça do Palácio contribuiu para a formação de dois grupos rivais, os “barraquistas”, também denominados de “cristãos”, que defendiam a permanência do mercado na praça matriz e os “vinagristas”, ou “judeus”, que preferiam a transferência das barraquinhas para a região da ponte do Vinagre, no rio da Bulha (atual Avenida Hercílio Luz), perto do forte de Santa Bárbara.

Figura 1



¹⁴ Lei de 1º de outubro de 1828. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

¹⁵ Citado por SILVA (1996, p. 20).

Mapa: Área central de Desterro, século XIX. Elaborado no ArcGIS pela autora.

O primeiro grupo era liderado por João Pinto da Luz, que era proprietário de um estabelecimento comercial situado no início da Rua Augusta (atual João Pinto), muito perto da Praça do Palácio. A grande circulação de pessoas que acorria às barraquinhas trazia bastante movimento às lojas situadas nas imediações da praça, concentradas principalmente na Rua Augusta, especializada em estabelecimentos de atacado ou “grosso trato” e na Rua do Príncipe (atual Felipe Schmidt), dedicada sobretudo ao comércio de varejo, ou “retalhista”. O grupo dos “barraquistas” deu posteriormente origem ao Partido Conservador.

O segundo grupo era liderado por Jerônimo Coelho, militar de carreira que esteve envolvido na criação do primeiro jornal de Santa Catarina, *O Catharinense*, bem como na formação da primeira Loja Maçônica de Concórdia e na Sociedade Patriótica de Santa Catarina. Esta última promovia a articulação entre os ideais de nacionalismo e de modernização. Havia uma presença considerável de judeus ou cripto-judeus¹⁶ nas esferas comercial e política de Desterro, que também participavam nas lojas maçônicas da cidade.¹⁷ Este grupo defendia ações modernizadoras, que incluíam o embelezamento e melhoramentos da cidade, em consonância com os valores higienistas então em voga na Europa e na capital do Império¹⁸. Os “vinagristas” viriam, algum tempo depois, a dar origem ao Partido Liberal.

Durante a gestão de Antero Ferreira de Brito, que esteve na presidência da Província entre 1840 e 1849, foram executadas diversas obras na praça matriz, incluindo a reforma da Catedral, a criação de jardins e a plantação de árvores, que tornavam a visão da praça mais agradável. Também foi na sua gestão que foi elaborado um plano de embelezamento ao longo da linha do mar, que incluía um grande aterro, praças e cais e que não chegou a ser executado¹⁹. Para além das preocupações estéticas, o governador também se manifestou de forma eloquente sobre questões relacionadas com higiene e saúde pública. Em relação às vacinas, escreveu em relatório datado de 1º de março de 1841:

¹⁶ Os cripto-judeus eram aqueles que praticavam a religião judaica secretamente (MACHADO e NEVES, 2016).

¹⁷ MACHADO e NEVES (2016).

¹⁸ PEDRO (1995).

¹⁹ Este plano é descrito por MAMIGONIAN (1999).

Diversos tem sido os meios propostos e adoptados para obrigar os Pais a vaccinarem seus filhos, e os senhores seus escravos, mas nem hum, que eu saiba, com bom resultado na prática. Quanto a mim, quisera que esta operação fosse santificada como o merece; que a vaccina fosse aplicada áo innocente, em acto sucessivo ao do baptismo, fazendo, por assim dizer, parte integrante do sacramento; que nenhum Paracho o desse sem que estivesse presente o vaccinador, sendo obrigado a não dar por completo o acto sem estar praticada a operação, mencionando-a no assento do baptismo. Parecerá desparatada a ideia; mas talvez que só assim se consiga desagueirrar-se huma preocupação que tão fatal ha sido á humanidade.²⁰

A Praça do Palácio era o ponto nevrálgico de Desterro, com diversos edifícios públicos junto à Igreja Matriz. Mais cedo, no dia 23 de janeiro desse mesmo ano, Ferreira de Brito havia lido um texto escrito pelo sanitarista José da Silva Mafra aos membros da Assembleia da Província, referente às condições sanitárias que prejudicavam a praça central da cidade:

(...) Outro princípio de desleixo de polícia médica é a condução à hora do dia dos materiais fecais dos presos da cadeia, conduzidos em vasos de paus destampados, atravessando a praça pública desta cidade, a despejar-se na praia, onde aportarão as canoas com os mantimentos que vêm vender ao público, atolando-se o povo nas imundices que ainda se acham depositadas na mesma praia quando vão comprar os misteres para suas casas. Além destes e de outros desleixos de polícia médica, acresce a venda de peixe podre, carne malsã (...).²¹

Também no seu discurso à Assembleia Provincial no dia 1º de março de 1842, o mesmo governador declarou a sua preocupação com os enterros dentro das igrejas:

Sabido é, Senhores, que desde Abril do anno passado, além de bexigas, e de muitas e diversas doenças cutâneas, se desenvolveu nesta Capital e seu termo, huma de character maligno, e epidemico, que os Facultativos denominarão – febre cerebral -, a qual tendo desaparecido em meio do inverno, tornou a manifestar-se no principio do verão, posto que com muito menos intensidade, e hoje ja se não sentem os seus efeitos. Logo que o mal appareceu, fiz activar a execução de todas

²⁰ BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). **Falla que o Presidente da Provincia, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província na abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1841.** Desterro, 1 mar. 1841. Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1841.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

²¹ Citado por MESQUITA (2013, p. 21).

as medidas hygienicas determinadas na Legislação Municipal, mas progredindo ele de huma maneira assustadora, consultei os Professores sobre os meios de salubridade que conviria empregar em tão calamitosa occurrencia, e hum dos que me apontarão como devendo ser o mais efficaz, foi o de fazer-se cessar immediatamente o abuso dos enterros nas Igrejas, onde já não se podia entrar por causa das exhalaçoes pútridas que n'ellas se inspiravão, e que derramando-se por toda a Cidade lhe augmentavão a infecção.²²

A questão da condição social dos escravizados se constituiu como um elemento importante nas discussões políticas que se prolongaram pela década de 40 do século XIX. Em 1844, foi proibida a entrada de escravos destinados a serem comercializados em Santa Catarina, sendo que os pretos livres e os libertos nascidos no Brasil que viessem de outras províncias teriam que comprovar estar livres de crime e possuir meios de subsistência ou domínio de um ofício²³. O governador Antero Ferreira de Brito, em discurso na Assembleia Provincial de Santa Catarina, no dia 1º de março de 1848, sugeriu acabar com o imposto de 5\$000 reis cobrado pela saída de cada escravo de Santa Catarina e conceder um prêmio de 10\$000 reis por cada cativo vendido para fora do Estado, com o intuito de estimular a saída de escravizados do território catarinense e assim diminuir o seu número em Santa Catarina. O seu discurso se caracterizou pela associação entre escravizados, imoralidade e violência:

Convem tambem que acabe o imposto de 5\$000 reis sobre cada escravo que sahe da Provincia, e que tem rendido 50\$000 annuaes: eu proporia o premio de 10\$000 reis para o proprietario de cada escravo que fosse vendido para fora da Provincia para cá nunca mais voltar; e se voltar, pagar quem o conduzir 200\$ de multa (...). Senhores, a escravatura da Provincia ainda alcança a 14:000 individuos: se se não póde, não se quer, ou ainda não he tempo de acabar com ella, he porém licito, e como medida preventiva de salvação, pór-lhe pêas para que não augmente, e principalmente com facinorosos, matadores, embriagados e ladroens, que para aqui mandam de toda a parte. Tremo pelo Brazil enquanto houver hum escravo!²⁴

²² BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). **Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1842.** Desterro, 1 mar. 1842. Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1842.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

²³ GARCIA (2006, p. 60)

²⁴ BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). **Falla, que o Presidente da Provincia de Santa Catharina , o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito**

A visita do Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Dona Thereza Christina a Desterro, em 1845, motivou a transferência das barraquinhas para perto da Ponte do Vinagre. Os fatores acima descritos (a preocupação com as questões estéticas, assim como com a higiene e a condição social e racial de muitos frequentadores do mercado) foram determinantes para que essa mudança acontecesse. O casal imperial permaneceu na região por 27 dias, visitando diversos locais. Em 1846, após o seu regresso à Corte, os barraquistas solicitaram o regresso das barraquinhas à Praça do Palácio, reunindo 62 pessoas em um abaixo-assinado. A reação dos vinagristas não se fez esperar; logo em seguida reuniram 144 assinaturas pedindo que as barraquinhas permanecessem na região da ponte do Vinagre.²⁵

Em abril de 1846, o Presidente da Província decidiu proibir a venda de gêneros na praça matriz:

Tendo-se tornado bastante richosa a questão sobre o lugar do mercado público desta cidade (...), d'ora em diante fica livre a todos os que tiverem seus gêneros a expor a venda, de o poderem fazer onde lhes aprouver, e lhes seja conveniente exceto na Praça do Palácio.²⁶

A determinação causou uma reação tal que, dez dias após a proibição, Ferreira de Brito voltou atrás na sua decisão²⁷.

Em 1847, os conservadores conseguiram uma vantagem em relação aos seus oponentes: o seu escolhido, o bacharel Joaquim Augusto do Livramento, foi eleito para representante da província na Assembleia Nacional, na contramão dos resultados nas restantes províncias, onde os liberais conseguiram uma maioria de vitórias. Mesmo não podendo votar, o apoio aos conservadores por parte de libertos e escravizados pode ter se constituído como fator determinante para essa vitória²⁸. No mesmo ano, a Câmara Municipal solicitou ao Presidente da Província a aprovação da construção de três barracões na Praça do Palácio. Antero Ferreira de Brito recusou, tendo a Câmara reagido com insatisfação a essa recusa. Então o

dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província no Acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1848. Desterro, 1 mar. 1848. Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1848.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

²⁵ PEDRO (1995).

²⁶ Registro do Presidente da Província à Câmara Municipal, em 20/04/1846. (citado por VEIGA, 1993, p. 197).

²⁷ Registro do Presidente da Província à Câmara Municipal, em 30/04/1846. (VEIGA, 1993, p. 197).

²⁸ POPINIGIS e LIMA (sem data).

governo provincial aceitou a construção de um edifício na praça da matriz desde que o plano da edificação fosse sugerido por essa entidade, que também iria pagar pela obra.

No ano seguinte, a Assembleia Provincial aprovou uma lei que autorizava a construção do edifício do mercado com recursos do tesouro da Província. Depois de diversas dificuldades, como o custo mais alto das obras de construção do edifício, que motivou a paralisação dos trabalhos, e após uma loteria que não teve os resultados esperados, a Assembleia Provincial autorizou, em 1850, o governo estadual a contrair um empréstimo para que as obras pudessem ser concluídas.

O mercado público e suas dinâmicas

Figura 2



Fonte: litografia atribuída a Joseph Brüggemann²⁹, com vista sobre o primeiro edifício do mercado público de Desterro, a praia adjacente e o trapiche de desembarque de passageiros. Nela se veem vendedores ambulantes, carregadores e compradores.

O prédio do Mercado foi inaugurado no dia 6 de janeiro de 1851 e as chaves transferidas do Governo Provincial para o Municipal. O edifício ficava situado abaixo da atual Praça XV, onde atualmente se situa a Praça Fernando Machado, perto do mar. As vendas tiveram início

²⁹ Este artista realizou diversas obras que retratam vistas diferentes sobre a vila de Desterro. Imagem e resumo da descrição: acervo online do Projeto Santa Afro Catarina. Disponível em http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=112_1. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

no dia 10 do mesmo mês. Diversos particulares emprestaram dinheiro sem prêmio, quantia que foi liquidada em 1853. O custo total superou em três vezes a quantia orçada inicialmente. O edifício era térreo, com formato retangular, e apresentava uma porta em cada uma das suas quatro fachadas. Tinha um pátio interno aberto, com um poço no centro. Por dentro era dividida em 12 casinhas, cada uma com paredes divisórias, porta e janela³⁰. Estes compartimentos eram alugados somente para pessoas livres. Também havia espaços em vãos, junto aos pilares. Cada um desses pequenos espaços poderia ser alugado por até duas pessoas, que dividiam o aluguel entre si. Os vãos poderiam ser alugados também a cativos, desde que tivessem uma licença escrita do seu senhor autorizando. O mercado tinha quatro bancas destinadas à venda de carne e peixe. Os vendedores de gêneros alimentícios, excetuando a carne e o peixe, poderiam negociar os seus produtos no pátio central, sendo que nesse local não havia espaços reservados: os primeiros a chegar escolhiam o lugar.

Muitas pessoas eram proprietárias dos então denominados “escravos de ganho” ou “pretos de ganho” e, nesse contexto, um dos tratos entre senhor e escravizado consistia em que este último passasse uma quantia para o seu senhor e ficasse com o restante para si. Alguns escravizados conseguiam acumular uma renda que lhes possibilitava comprar a própria alforria. Muitos cativos e libertos participaram ativamente nos processos de comercialização dos produtos, dentro e fora do espaço do mercado como comerciantes, quitandeiras, pombeiros e mascates ou como compradores, a mando de seus senhores, no caso dos escravos.³¹

O pátio central do mercado estava reservado aos lavradores, mas desde o início se tornou evidente que o espaço era insuficiente para acolher a todos, de modo que muitos continuavam vendendo os seus gêneros no lado de fora do mercado. Os lavradores podiam vender, em exclusivo, até às 9 horas da manhã. Era o denominado “descanso”. Depois dessa hora os produtos poderiam ser adquiridos por pombeiros, que os iam vender pelas ruas, de porta em porta. Os lavradores estavam proibidos de vender carne verde (fresca), peixe, lenha e carvão.³²

³⁰ De acordo com Murilha e Salgado (2011), o mesmo tipo de arquitetura, de mercado fechado com pátio interno aberto (inspirado no átrio romano), com átrio envolto por arcadas, foi utilizado em outros mercados públicos construídos no Brasil desde as primeiras décadas do século XIX, a exemplo do Mercado da Candelária, no Rio de Janeiro, que foi edificado em 1834 e que, segundo os autores, poderá ter servido de modelo a outros mercados públicos no Brasil. O tamanho do edifício era proporcional ao tamanho de cada povoação. Posteriormente, se tornou mais comum um tipo de edificação coberto em que o ferro era um importante elemento da estrutura e decoração.

³¹ PENNA (2005)

³² PEDRO (1995)

O artigo 35 do Código de Posturas da Câmara Municipal, de 1845, proibia os escravos e os vadios de permanecer muito tempo em espaços de venda. O artigo 41 também continha restrições à liberdade de circulação dos cativos com quitanda, que não poderiam permanecer nas ruas e praças após o toque de recolher, estando sujeitos a multas ou a uma pena de prisão. Quanto ao regulamento interno do mercado, este continha 74 artigos, dentre os quais a proibição da circulação de mendigos e de pretos de ganho dentro do edifício (Artigo 52) e a restrição do tempo de permanência dos escravos limitado ao necessário para efetuar as suas compras (Artigo 53)³³.

Os ajuntamentos para festas, batucadas e outros momentos de convívio da população negra, em espaço público, eram reprimidos. O Decreto Nº 10 da Assembleia Provincial, de 1832, determinava em seu artigo 1º "Fica proibido, depois de anoitecer, todo o ajuntamento nas praças, ruas e estradas de quatro ou mais escravos, ou libertos Africanos, sós, ou promiscuamente."³⁴ A vagabundagem, que também era alvo de punição, não se referia apenas a pessoas sem atividade, mas sobretudo a trabalhadores com ocupações temporárias ou autônomas e também a quem não dispunha de moradia certa. Os cativos estavam proibidos de alugar casa e, em alguns casos, a moradia não era providenciada aos escravizados pelos seus senhores.³⁵

A repressão, que se encontrava expressa em leis, códigos e decretos se originava, também, do receio em relação a possíveis rebeliões da população escravizada, que ocorreram em diversos outros lugares no Brasil e no mundo.

As casinhas no interior do mercado nunca chegaram a ficar disponíveis a libertos nem a mulheres. A exceção foi uma forra, Joanna Prates, que já havia alugado o espaço de um vão junto com uma outra liberta, e que conseguiu alugar a casinha nº 3 entre agosto de 1855 e julho de 1856. Foi a locatária que pagou o preço mais alto no leilão e teve que desembolsar o preço máximo estabelecido. A partir daí, não renovou mais o contrato; uma hipótese que Popinigis³⁶

³³ Regulamento para Praça do Mercado da Cidade de Desterro da Província de Santa Catarina. Sessão da Câmara Municipal da Cidade de Desterro em 21/12/1850. Disponível em http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=114_1. Acesso em 16 de Abril de 2020.

³⁴ CENTRO DE MEMÓRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ofícios 1835-1848**. Decreto Nº 10 de 24/04/1835. Doc. 3, p. 13-14. Disponível em http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=113_1. Acesso em 16 de abril de 2020.

³⁵ PEDRO (1995).

³⁶ POPINIGIS (2013, p. 163-164).

coloca é a de que Joanna conseguiu fazer a locação, inicialmente, devido à desconfiança inicial que se gerou em relação à viabilidade financeira dos espaços dentro do mercado. Quando os responsáveis pelos aluguéis se certificaram de que eram rentáveis, a procura por esses espaços aumentou e a seleção passou a ser mais rigorosa.

Poucos dias após a inauguração do mercado público já se começaram a ouvir queixas, devido à falta de higiene no interior do edifício e ao pouco respeito para com as exigências ditadas pelo regulamento interno do mercado. Em um artigo de opinião assinado por um “observador” na seção de *Correspondencia* do jornal *O Novo Íris*, são alvo de críticas alguns aspectos relacionados com o funcionamento do novo mercado:

Anciozo esperava a conclusao da Praça do Mercado, e que tivesse lugar a sua abertura para visital-a, observar o que se n’ela pratica, e patentear ao publico o que de menos bom tivesse visto. Com effeito ha dias fui visital-a, e não pude comprimir o prazer que senti vendo satisfeta uma das muitas necessidades publicas d’esta Capital. Não me fartava de percorrel-a, e observal-a; e nisto consumi uma boa parte da manhã: tal era o meu contentamento!

Observei porém que as paredes das casas (ou bancas), em que se recolhe e vende a carne, já estão ficando sujas de sangue, o que, além de indecente e nauseante, vem a tornar-se uma fonte perenne de despesas, por que, para tornar as paredes aceiadas, ha de ser necessario picar a caliça de tempos em tempos para por-lhes novo reboque. Nos poucos lugares por onde tenho passado, e em que ha bôa policia, tenho visto nas casas de venda de carnes, ou açougues, as paredes forradas com pano, posto todos os dias lavado e bem alvo (...).³⁷

Nos parágrafos seguintes, o “observador” relatou ter ouvido de um amigo que o proprietário de uma das bancas se tinha gabado por ter conseguido uma licença para vender cerveja, sendo que o regulamento interno do mercado proibia a venda de bebidas espirituosas dentro do edifício, qualquer que fosse a sua composição.

Presença nos espaços públicos: festa como resistência e como protagonismo

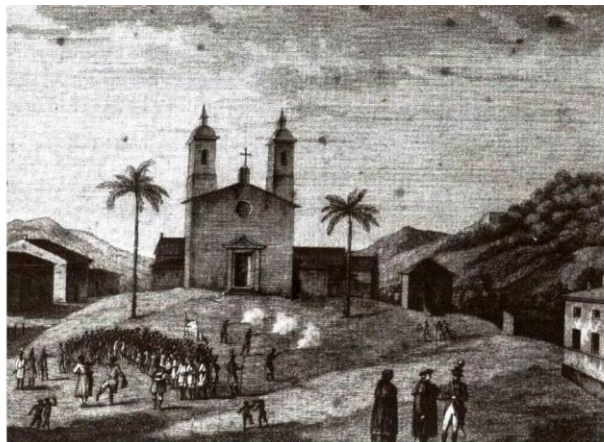
Apesar das dificuldades, a vida da população negra não se resumia ao trabalho. Escravizados e libertos estabeleciam relações familiares, de amizade, de compadrio e de

³⁷ ANÔNIMO. Carta ao Editor. *O Novo Íris: Jornal Político, Literario, Industrial e Mercantil*, Desterro, Nº 91, p. 4. 28 jan. 1851.

solidariedade e se reuniam para partilhar momentos religiosos e de lazer. Os batuques eram manifestações culturais e religiosas, em que escravizados e libertos dançavam ao som de tambores e outros instrumentos.

Um dos festejos mais significativos era o da Coroação do Rei e da Rainha, organizada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e dos Homens Pretos. Essa festa acontecia uma vez por ano, na época de Natal. Um homem e uma mulher eram escolhidos pela Irmandade para serem coroados. Em dezembro de 1815, o artista Louis Choris, que integrava uma expedição russa, descreveu as suas observações acerca da época festiva marcada pela presença da população negra:

Os negros africanos não trabalham aos domingos. Durante as festas de fim de ano, gozam de uma liberdade quase ilimitada. Eles se reúnem em grupos de dez a vinte; seus senhores os vestem de seda com ornamentos bizarros que consistem em plumas, fitas e pequenos espelhos (...). (Apud SILVA, 2013, 118-119)



Fonte: Wilhelm Gottlieb von Tilesius von Tilenau³⁸. *Festa de Negros na Ilha de Santa Catarina*, 2003.

As expressões culturais e religiosas da população negra foram sendo crescentemente reprimidas ao longo da primeira metade do século XIX, assim como a restrição à sua circulação pelos espaços públicos. As crescentes dificuldades em conseguir autorização para realizar a

³⁸ Von Tilenau, naturalista alemão, integrava uma expedição russa que aportou em Desterro no dia 23 de dezembro de 1803. A imagem mostra um desfile, com a Catedral ao fundo. Um casal parece estar em posição de dança. A salva de tiros mostra que havia uma anuência por parte das autoridades em relação à festa. (SILVA, 2013)

festa da Coroação do Rei e da Rainha ditaram o fim deste evento em Desterro, tal como aconteceu em outros lugares do Brasil. A última coroação ocorreu em 1844. No ano seguinte, o artigo 38 do Código de Posturas proibiu os festejos, bem como os batuques “Ficção proibidos d’aqui em adiante, os ajuntamentos de escravos, ou libertos para formarem batuques; bem como os que tiverem por objectos os supostos reinados africanos, que por festas costumão fazer”. (Apud SILVA, 2009, 45)

Observações finais

As primeiras críticas aquando da abertura do mercado podem nos levar a um questionamento acerca da eficácia do edifício de mercado público como garantidor de maior higiene e como regulador do teor dos produtos vendidos. Essa tinha sido uma das justificativas para a construção do edifício, no entanto podemos admitir a possibilidade de que as restrições destinadas a evitar a circulação de frequentadores indesejáveis seria mais fácil em um espaço delimitado por uma construção fechada. Vimos que a origem social e racial era uma preocupação dos grupos mais influentes de Desterro e que havia sido motivo constante de discussões na década anterior à construção do mercado. O código de posturas e o regulamento do mercado referem explicitamente essas restrições, demonstrando que o edifício do mercado possibilitava um maior controle dos frequentadores nesse espaço de comércio.

Outra questão que pode ser levantada é a da possibilidade de as restrições impostas serem uma tentativa de diminuir o comércio ambulante, que era muitas vezes desempenhado por homens e mulheres negros que, com essa atividade podiam sustentar as suas famílias, comprar a própria alforria e a de familiares e amigos e possuir alguma autonomia em relação aos seus senhores, caso fossem cativos.

A questão racial, que se articula com questões de gênero, esteve presente nas dinâmicas de comercialização presentes na Praça do Palácio, no centro nevrálgico de Desterro, durante a primeira metade do século XIX. Essa questão influenciou as discussões que opuseram barraquistas e vinagristas, sobre a localização das barraquinhas e do edifício do mercado, resultando numa condenação moralizadora sobre os modos de vida da população negra, tendo também um impacto que resultou na restrição da permanência e da livre circulação de cativos e mesmo de libertos dentro do espaço do mercado. As manifestações culturais e religiosas da população negra, bem como a sua participação na vida econômica de Desterro, se constituíram como formas de resistência e protagonismo no espaço urbano.

As divergências em relação à localização do edifício do mercado na praça do Palácio foram sintomáticas da crescente preocupação com a presença da população negra nos espaços públicos centrais de Desterro. Argumentos estéticos e higienistas, influenciados por ideias vindas da Europa ao longo da primeira metade do século XIX foram utilizados para justificar a exclusão dos indivíduos que não se adequavam aos novos padrões de civilidade. Os espaços públicos mais centrais da cidade deveriam refletir os novos valores, na visão daqueles que defendiam esses argumentos. As elites de Desterro não chegaram a um consenso em relação a essa perspectiva de modernidade aplicada à localização do edifício do mercado.

Fontes

ANÔNIMO. Carta ao Editor. **O Novo Íris: Jornal Político, Literário, Industrial e Mercantil**, Desterro, Nº 91, p. 4. 28 jan. 1851.

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). **Falla que o Presidente da Provincia, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província na abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1841**. Desterro, 1 mar. 1841. Typographia Provincial.

Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1841.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). **Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1842**. Desterro, 1 mar. 1842.

Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1842.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). **Falla, que o Presidente da Provincia de Santa Catharina , o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província no Acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1848.** Desterro, 1 mar. 1848. Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1848.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

Litografia atribuída a Joseph Brüggemann, retirado do acervo online do **Projeto Santa Afro Catarina**. Disponível em http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=112_1 . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

Regulamento para Praça do Mercado da Cidade de Desterro da Província de Santa Catarina. Sessão da Câmara Municipal da Cidade de Desterro em 21/12/1850. Disponível em http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=114_1 . Acesso em 16 de abril de 2020.

Bibliografia

BILÉSSIMO, Angelo Renato. **Entre a praça e o porto:** grandes fortunas nos inventários Post Mortem em Desterro (1860-1880). Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro:** Memória. Volume II. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina. 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis:** relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888. **PADÊ:** estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Brasília. UniCEUB, FACJS, Vol. 2, N. 1. 2007. Disponível em <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/143/132> , Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

CHEMIN, Anne. A pandemia será capaz de desalienar as cidades?. Outras Palavras, 2020. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-pandemia-sera-capaz-de-desalienar-as-cidades/>. Acesso em 23 de junho de 2020.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade (the hygienist discourse defining the citie). **Mercator**, v. 12, n. 29, p. 51-67, Fortaleza, nov., 2013. ISSN 1984-2201. Disponível em <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1226>>. Acesso em 15 de julho de 2020.

GARCIA, Carla Lanner. **Emanações perniciosas, moralidade corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864).** Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2006. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88274/235279.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 de julho de 2020.

HUBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade de Desterro no século XIX.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento urbano e meio ambiente.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

MACHADO, Gabriel Simon; NEVES, Larissa. Presença judaica em Santa Catarina: os embates políticos entre o Partido Judeu e o Partido Cristão na Ilha do Desterro. **Revista Santa Catarina em História.** Vol. 10. N. 2., p. 46-56, Florianópolis, 2016. Disponível em <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/1861/1116>. Acesso em 2 de abril de 2020.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Em nome da beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. **Geosul.** Vol. 14, N. 28, P. 179-188, Florianópolis, 1999. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/15337/13924>. Acesso em 2 de abril de 2020.

MESQUITA, Ricardo Moreira. **Mercado: do mané ao turista.** Florianópolis: Ed. do autor. 2002.

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. A arquitetura dos mercados públicos: tipos, modelos e referências projetuais. **Arquitextos.** 138.02, Ano 12, sem numeração de páginas, São Paulo,

nov. 2012. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>
Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

OLIVEIRA, Francisco; OLIVEIRA, Jorge; PATRÍCIO, Manuel. (Coord.) **Espaços e paisagens**: Antiguidade clássica e heranças contemporâneas. Volume III (História, Arqueologia e Arte). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em <http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/2624/1/Espa%C3%A7os%20e%20Paisagens.%20Antiguidade%20Cl%C3%A1ssica%20e%20Heran%C3%A7as%20Contempor%C3%A2neas..pdf> . Acesso em 15 de maio.

PEDRO, Joana. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PENNA, Clemente G. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2005. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101610/213255.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 23 de junho

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. **Afro-Ásia**. Nº 46. , p. 193-226, Salvador, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000200006, Acesso em 8 de dezembro de 2019.

POPINIGIS, Fabiane. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro. In: MAMIGONIAN, Beatriz G., VIDAL, Joseane Z.. **História diversa**: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Florianópolis, Editora da UFSC, 2013.

POPINIGIS, Fabiane; LIMA, Henrique Espada. **Lugares de memória dos trabalhadores**. #16. Mercado público de Desterro (Florianópolis-SC). LEHMT, Rio de Janeiro, sem data. Disponível em <https://lehmt.org/2019/11/28/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-16-mercado-publico-de-desterro-florianopolis-sc-fabiane-popinigris-e-henrique-espada-lima/> . Acesso em 5 de agosto de 2020.

SILVA, Jaime J. S. **Sons que ecoavam no passado: as festas de origem africana em Desterro na primeira metade do século XIX**. Monografia (Graduação em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, p. 20. 2009. Disponível em https://bgmamigo.paginas.ufsc.br/files/2011/02/TCC_Jaime_Silva_Festas_de_africanos.pdf Acesso em 5 de agosto de 2020.

SILVA, Jaime J. S. Entre a diversão e as proibições: as festas de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina. In MAMIGONIAN, Beatriz G.; VIDAL, Joseane Z. **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013. cap. 5.

SILVA, Nivaldo J. **À descoberta do Mercado Público**. Florianópolis: Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público de Florianópolis, 1996.

SOUZA, Adriana M. **Práticas de cura: saberes de africanos e afro-brasileiros em Desterro (SC) na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social), PUC, São Paulo, 2017. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20798/2/Adriana%20Maria%20de%20Souza.pdf> . Acesso em 28 de maio de 2020.

VEIGA, Eliane V. da. **Florianópolis: Memória Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.